



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO

1.1. Para atendimento da necessidade da população com relação a vaga, a Secretaria Municipal da Educação entende que se faz necessária a construção do Centro de Educação Infantil (CEI) João Rossi, assim gerando vagas para alunos da rede de ensino, assim como a ausência de vagas na rede não permite o atendimento a todas as crianças do Município de Ribeirão Preto-SP.

1.2. A presente contratação fundamenta-se no dever constitucional e legal do Município de garantir o acesso universal, gratuito e igualitário à educação infantil, reconhecida como direito social fundamental e etapa essencial para o desenvolvimento humano e proteção integral da infância. O planejamento atende às diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), que conferem prioridade absoluta ao direito à educação.

1.3. O diagnóstico demográfico de Ribeirão Preto aponta um desafio crescente, com aproximadamente 40.623 crianças de 0 a 4 anos no município, segundo dados de 2025. Apesar da universalização da pré-escola, o atendimento em creches ainda apresenta uma demanda reprimida significativa, totalizando 1.561 crianças em fila de espera em 2025, concentrando-se majoritariamente no segmento de berçário (0 a 2 anos).

1.4. A construção da nova unidade escolar no bairro João Rossi (Subsetor Sul 04) é estratégica para a criação de 225 novas vagas de creche.

1.5. Esta ação visa mitigar o déficit de vagas na região e cumprir o princípio da territorialização do atendimento, assegurando que as crianças sejam matriculadas em unidades próximas às suas residências (preferencialmente em um raio de até 2 km), reduzindo a necessidade de transporte escolar e os riscos de judicialização

1.6. Além da demanda imediata, a obra justifica-se pelo cumprimento da Meta 1 do Plano Municipal de Educação (Lei nº 14.918/2024), que prevê a ampliação progressiva do atendimento em creche.

1.7. A expansão da infraestrutura é também indispensável para viabilizar a Política Municipal de Educação em Tempo Integral e para adequar a rede aos novos parâmetros nacionais de quantitativo de crianças por profissional



estabelecidos pela Resolução CNE/CEB nº 01/2024, que tendem a reduzir a capacidade instalada das unidades atuais.

1.8. Portanto, a construção da Escola João Rossi alinha-se ao planejamento estratégico de expansão 2026-2030, que projeta a criação de mais de 5.000 novas vagas de creche até o final da década, garantindo a continuidade, qualidade e equidade na oferta educacional pública do município.

2. DA ADEQUAÇÃO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. O Município de Ribeirão Preto não adotou a elaboração formal do Plano de Contratações Anual para o ano de 2026, entretanto as despesas para a execução da presente contratação se encontram previstas na Lei Orçamentária Anual, sendo as mesmas oriundas do PAC-Programa de Aceleração do Crescimento – do Governo Federal.

2.2. Desta forma, a pretendida contratação encontra-se em consonância com o planejamento de contratações da Administração Municipal, sendo que valores estimados da contratação constam reservados no Orçamento Anual do Município para 2026, visando o implemento da solução objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Requisitos Internos – Documentação Técnica e Outros

3.1.1. Definição do local de execução dos serviços, a saber: Rua da Fazenda, S/N – Jardim João Rossi – Ribeirão Preto (SP).

3.1.2. Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;

3.1.3. Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;

3.1.4. Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;



3.1.5. Empresa de engenharia/arquitetura para execução de serviços de construção de edificação em alvenaria com estrutura de concreto, conforme quantitativos previstos nos projetos;

3.1.6. Certidão de registro junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados.

3.1.7. Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de pelo menos uma obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado;

3.1.8. Apresentação, por parte da contratada, de pelo menos 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado, com forme itens de relevância que deverão constar no Termo de Referência, de acordo com as premissas da Lei 14.133/2021;

3.1.9. Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação.

3.2. Sobre Fornecedores

3.2.1.0 fornecedor a ser contratado deverá comprovar a seu registro no CREA/CAU

3.2.2. Entende-se que poderá ser admitida a subcontratação de até 30% dos serviços, desde que não façam parte dos itens elencados como de maior relevância, assim entendidos como aqueles que constituem a qualificação técnica do certame, mediante prévia autorização da Administração Pública.



3.2.3. A contratada, caso deseje subcontratar serviços, deverá comprovar documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada.

3.2.4. O limite de 30% aqui estabelecido visa assegurar o controle de qualidade, a responsabilidade contratual da contratada e evitar que a mesma atue como mera intermediária, repassando grande parte do trabalho a terceiros.

3.2.5. A contratada deverá prestar garantia de 5%, para assegurar a Administração Pública contra o risco de inadimplência contratual;

3.2.6. A vistoria prévia é facultativa ao licitante. Entretanto a mesma proporciona ao licitante a possibilidade de conhecimento do local e as condições de realização do serviço.

3.2.7. A vistoria deve ser agendada previamente, através do e-mail div.obrasmanutencao@educacao.pmrp.sp.gov.br ou telefone (16) 3977-9116, no horário das 08:00h às 18:00h, em dias úteis.

3.3. Do enquadramento dos serviços

3.3.1. O objeto a ser executado enquadra-se como: Obra comum de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021, visto se tratar de serviço comum e que não apresenta maior complexidade em sua execução;

3.4. Exigências do certame

3.4.1. **Da participação de pessoas naturais:** Por se tratar de serviço que demanda a execução por equipe, ou com uso de maquinário complexo, incompatível com a atividade de profissional autônomo, não se admite a participação de pessoa natural no presente certame;

3.4.2. **Da qualificação econômico-financeira:** Devido ao valor da contratação, bem como ao alto valor dos serviços a serem suportados pela contratada, a fim de assegurar a adimplência contratual, a contratada deverá comprovar



sua saúde financeira através de apresentação de balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios.

3.4.2.1. Para tal, deverá ser exigida a apresentação de índices de liquidez geral, liquidez corrente e solvência geral superiores a 1, devidamente atestados por profissional contábil, a fim de assegurar que os índices foram calculados seguindo as normas brasileiras de contabilidade.

3.4.2.2. A contratada deverá comprovar também que possui patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% do valor estimado da contratação.

3.4.2.3. Em se tratando de empresas reunidas em Consórcio, a exigência deverá ser majorada para 30% (trinta por cento), conforme justificativa e fundamentação abaixo.

3.4.2.3.1. A decisão de aplicar o acréscimo de até 30% para consórcios não é apenas uma prerrogativa discricionária, mas uma medida de gestão de riscos contratuais.

Fundamentação Legal e a Lógica do Acréscimo

3.4.2.3.2. O Art. 15, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, permite que o edital estabeleça um acréscimo (limitado a 30%) para a demonstração da capacidade econômica de consórcios.

3.4.2.3.3. A lógica por trás dessa majoração não é punitiva, mas compensatória. Quando empresas se unem em consórcio, a Administração Pública enfrenta um aumento na complexidade da gestão contratual e na fiscalização.

3.4.2.3.4. O acréscimo serve para garantir que a soma das partes realmente resulte em uma estrutura financeira robusta o suficiente para suportar o empreendimento, e não apenas em uma união de empresas fragilizadas.



Análise do Objeto e Valor

3.4.2.3.5. Para uma obra de pouco mais de 6 milhões de reais, estamos diante de um valor significativo que exige fôlego financeiro para:

- **Mobilização inicial:** Custos com canteiro, pessoal e equipamentos antes das primeiras medições.
- **Fluxo de caixa:** Suportar atrasos eventuais no cronograma de pagamentos ou variações de preços de insumos.
- **Garantias:** Manutenção das apólices de seguro-garantia ou caução.

Justificativa dos Riscos Envolvidos

3.4.2.3.6. A escolha pelo patamar máximo de 30% justifica-se pelos seguintes riscos específicos:

a) Risco de Insolvência e Solidariedade Imperfeita

Embora exista a responsabilidade solidária (Art. 15, V), na prática, se todas as consorciadas operarem no limite de sua capacidade financeira, a falência ou dificuldade de uma pode gerar um "efeito dominó". O acréscimo garante uma margem de segurança (backstop) financeira.

b) Risco de Coordenação e Custos Indiretos

Consórcios possuem custos administrativos maiores (contabilidade própria, gestão de RH compartilhada, coordenação técnica). Empresas que mal atingem os índices mínimos sem o acréscimo podem negligenciar esses custos indiretos, comprometendo a execução da obra.

c) Risco de "Empresas de Papel"

Sem a majoração, empresas sem patrimônio líquido relevante poderiam se associar apenas para "somar números" e vencer a licitação, sem possuir, individualmente, a saúde financeira necessária para honrar compromissos com fornecedores locais e encargos trabalhistas.

Memória de Cálculo e Proporcionalidade



3.4.2.3.7. Proporcionalidade: O valor estimado da Obra enquadra-se como uma obra de médio porte. O acréscimo de 30% é proporcional pois não inviabiliza a participação (visto que o mercado de construção civil é vasto), mas filtra consórcios cuja saúde financeira combinada seja limítrofe.

3.4.2.3.8. Custos de Transação: A Administração justifica o percentual máximo devido à necessidade de mitigar o risco de paralisação da obra, que geraria prejuízos sociais e econômicos superiores ao suposto ganho em competitividade de consórcios subcapitalizados.

3.4.2.3.9. Sendo assim, conclui-se que a aplicação do teto de 30% protege o interesse público, assegurando que o grupo de empresas detenha uma musculatura financeira superior à exigida de uma empresa individual, compensando a maior fragilidade estrutural intrínseca às associações temporárias.

3.4.2.4. Além disso, a contratada deverá apresentar a certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo juízo distribuidor de sua sede.

3.4.3. Da qualificação técnica:

3.4.3.1. Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá comprovar sua inscrição no órgão de classe competente.: CREA ou CAU, o que se exige por se tratar de exigência legal para execução do objeto;

3.4.3.2. A licitante deverá comprovar também que dispõe de responsável técnico, devidamente habilitado e cadastrado no conselho de classe competente e que comprove experiência na execução de serviço similar, o que se exige para assegurar que o responsável técnico possuir a experiência necessária na execução do objeto, evitando-se o risco de inadimplência contratual ou execução indevida que traria prejuízo ao erário;



3.4.3.3. Para comprovar sua qualificação técnica operacional, a licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica que comprove a execução de, ao menos, 50% das parcelas de maior relevância da presente contratação, assim identificadas como aquelas que compõem mais de 4% do valor global da contratação e que apresentam maior complexidade técnica.

3.4.3.4. Tal exigência visa assegurar que a licitante possui condições operacionais de realizar as parcelas mais críticas do objeto, evitando o risco de inexecução ou execução indevida do contrato.

3.4.4. Da modalidade de licitação

3.4.4.1. Em relação a modalidade licitatória a ser adotada, sugerimos que seja realizada através de Modalidade Concorrência, em sua forma eletrônica, visto se tratar de obra de engenharia, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4.4.1.1. A realização da Concorrência deverá ser realizada na modalidade eletrônica, pois entende-se que este formato gera maior competitividade e tende a assegurar a melhor proposta para a Administração Pública, seguindo assim o estipulado na Lei 14.133/2021.

3.4.5. Do critério de julgamento

3.4.5.1. O critério de julgamento do certame deverá ser o de menor valor global, por se tratar de contratação de empresa para reforma de unidade escolar devido à necessidade desta Administração;

3.4.5.2. Tal se dá pois se trata de obra com projeto executivo detalhado, de forma que o preço é a única variável que assegura a melhor proposta para a Administração.

3.4.5.3. A opção pelo menor valor global ao invés do menor valor por item também se justifica uma vez que a execução da obra é indivisível, sendo que o menor valor para execução da obra como um todo atende melhor às



necessidades da Administração do que a divisão do objeto em itens, que prejudicaria sua execução.

3.4.5.4. E para tanto, indica-se como critério de aceitabilidade dos preços unitários que estes não sejam superiores ao preço estimado da Administração, evitando-se a realização de jogo de planilha.

3.4.5.5. Já quanto aos itens de relevância para fins de aceitabilidade de preços, os mesmos deverão estar devidamente indicados no Termo de Referência seguindo-se o estipulado pelo Art. 67 § 1º da Lei 14.133/2021, que em síntese determina que os mesmos tenham valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

3.5. Da não Aplicação da Lei Complementar 123/2006 – Micro e Pequenas Empresas

3.5.1. Considerando o valor estimado da contratação, não se aplicam as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar num. 123/2006, conforme estipulado no Art. 4 § 1º Inciso II da Lei 14.133/2021, uma vez que tal valor referencial é superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Da Contratação

3.6.1. Do regime de execução

3.6.1.1. O regime de execução deverá ser o de empreitada por preço global, visto ser o mais adequado a esta contratação, realizada com projeto executivo detalhado e para a qual há relativo grau de certeza do serviço a ser executado.

3.6.1.2. Esta modalidade permitirá maior economia para a Administração pois evita pleitos de aditivos contratuais, sendo a mais indicada para a execução de construções novas como a presente contratação.

3.6.1.3. Além disso, facilita as medições que podem ser realizadas por etapa, incentivando ainda o cumprimento de prazos pela contratada.

4. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO



4.1. Trata-se de contratação de empresa especializada para Execução de Obras de Construção do Centro de Educação Infantil (CEI) João Rossi, visando atender à demandas por ampliação de vagas da Rede Municipal de Ensino de Ribeirão Preto.

4.2. Os quantitativos unitários e totais que fazem parte do empreendimento constam detalhados em planilha Orçamentária Anexa ao Processo, assim como projetos Arquitetônicos e Executivos que originaram tais quantitativos.

4.3. Tabela Sintética

Item	Descrição básica	Serviço Global
1	Execução de Obras de Construção do Prédio do Centro de Educação Infantil (CEI) João Rossi, para Atendimento às demandas de aumento de disponibilização de Vagas para estudantes da Rede Municipal de Ensino de Ribeirão Preto.	1

4.4. As características e quantitativos detalhados constam dos Projetos Técnicos e constarão no Termo de Referência e Anexos Técnicos.

5. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Por se tratar de uma contratação de serviços de engenharia, sendo que a empresa contratada enquadra-se em ramo de atividade amplo, foi realizada uma levantamento de planilha de custos orçamentários, conforme disciplinado na Lei 14.133/2021, considerando custos unitários acrescidos de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas).

5.2. Tabela Detalhamento BDI (Benefícios e Despesas Indiretas), conforme planilha de composição de Custos

ITEM	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL BDI 1	PERCENTUAL BDI 2
		Construção de Edifícios	Fornecimento de Materiais e Equipamentos
1	Administração Central (AC)	4,00%	3,45%
2	Seguro + Garantia (G)	0,80%	0,48%
3	Risco (R)	1,27%	0,85%
4	Despesas Financeiras (DF)	1,23%	0,85%



5	Lucro (L)	7,40%	4,50%
6	Impostos (I) - PIS, COFINS, ISSQN	5,65%	3,00%
7	Contribuição Previdenciária (I) - CPRB	0,00%	0,00%
BDI E TRIBUTOS		22,23%	13,84%

5.3. Fórmula aplicada:

$$BDI = \left[\frac{(1 + (AC + S + R + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1 \right] \times 100$$

5.4. Com base no tipo de serviço, entende-se como Obra Comum de ENGENHARIA, uma vez que trata-se de empreendimento cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, através dos Projetos Básicos e Executivos anexados, nos termos da Lei 14.133/2021.

5.5. Por tratar-se de Obra Comum de Engenharia, entende-se utilizável a Licitação na Modalidade Concorrência, com critério de disputa pelo MENOR PREÇO Global, em formato eletrônico, conforme orientado na Lei 14.133/2021.

5.6. Conforme Art. 46 Inc. II da Lei 14.133/2021, entende-se que o regime de execução EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL ser o mais adequado, uma vez que existem projetos, planilhas e memoriais que detalham os itens, suas quantidades e custos do empreendimento, de forma que os fornecedores podem ter visão do objeto como um todo, assim como seus custos.

6. DO VALOR ESTIMATIVO

6.1. Para a presente contratação estima-se um valor de **R\$ 6.249.032,80 (Seis milhões, duzentos e quarenta e nove mil, trinta e dois Reais e oitenta centavos)**, conforme detalhado em planilha de composição de custos Anexa ao Processo, elaborada pelos setores técnicos.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



7.1. Vigência: A contratação deverá ter um prazo de vigência de 14 meses, suficientes para a execução completa do objeto e devidos recebimentos;

7.2. Prazo de execução : O prazo de execução da obra está estimado em 11 meses, conforme cronograma físico Financeiro em anexo ao processo.

7.3. Da obrigação principal: A contratada deverá realizar a construção de unidade escolar no bairro Jardim João Rossi, conforme projetos, memorial descritivo, planilhas e demais documentos técnicos anexados.

7.4. Considerando o disposto na Lei 14.133/2021 e na IN 58/2022 – SEGES, respectivamente:

Lei 14.133/2021 – Art. 18 – § 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

IN 58/2022 – SEGES-ME – Art. 15. Quando da elaboração do ETP para a contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos, conforme disposto no § 3º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

7.5. Considerando o subitem 7.4, destacamos que a especificação completa do Objeto consta detalhada em Termo de Referência, Projetos Executivos e Anexos do processo.

8. DO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação ocorrerá de maneira global em item único, sendo que a mesma não comporta o parcelamento dos itens, sendo que a opção se dá de maneira técnica e economicamente viável e não representando perda de economia de escala.



8.2. O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela via alternativa, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que o gerenciamento da obra permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

8.3. Ressalte-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.

8.4. Assim, para execução de obras construção de edifícios, não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, devendo ser executados por uma mesma empresa para garantir a responsabilidade técnica dos serviços.

8.5. Também não há viabilidade econômica, pois a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro, sendo que a divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade.

8.6. Pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

8.7. Sugere-se aprimoramento no Termo de Referência sobre a possibilidade de subcontratação de itens da Obra, excluindo-se a parcela principal do Objeto.

9. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PRETENDIDO

9.1. Com a presente contratação, pretende-se gerar aproximadamente 225 novas vagas em creche, garantindo assim acesso à educação à novas crianças, direito fundamental das crianças, previsto na Constituição Federal de 1988, sendo dever legal do Município tal atendimento.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO



10.1. Previamente à assinatura do Contrato, a Administração deverá:

10.1.1. Designar o(s) funcionário(s) responsável pela fiscalização da execução contratual.

10.1.2. Disponibilizar todos os instrumentos relativos à fiscalização ao(s) funcionário(s) designado(s), como Termo de Referência, Proposta da Empresa, assim como demais documentos necessários.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1. A presente contratação não possui nesta etapa outras correlatas interdependentes, pois o objeto contratado é independente e atinge sua finalidade sem a necessidade de outras providências, até o momento de sua disponibilização.

12. DO IMPACTO AMBIENTAL

12.1. A presente contratação não necessita de licença ambiental, pois a área institucional onde será construída já foi previamente analisada e destinada à construção de equipamento público, cumprindo premissas legais.

12.2. Dentre outros critérios ambientais à serem observados e constantes das peças Técnicas, a empresa à ser contratada deverá:

12.2.1. Realizar o correto tratamento dos Resíduos gerados na obra, conforme Planos de Gerenciamento de Resíduos de Construção Civil;

12.2.2. Dar a devida destinação aos resíduos gerados na obra.

12.2.3. Atender à padrões de Acessibilidade definidos nas NBRs 9050/2004 e 15575-1

12.3. Adotar no que for cabível, medidas constantes do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU (Advocacia Geral da União), 6ª Edição, 2023.

12.4. As obras deverão respeitar as normas relativas à proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas, conforme Art. 45, V da Lei 14.133/2021, caso necessário.

13. DA CONCLUSÃO



13.1. Considerando todos elementos analisados, esta equipe de planejamento, com base no Inc. XIII do § 1º do Art. 18 da Lei 14.133/2021 declara **VIÁVEL**, técnica e economicamente a contratação, com base nos projetos elaborados e apresentados, sendo que maiores detalhamentos deverão constar no Termo de Referência, Documentos de Gestão de Riscos e demais anexos a serem produzidos.

Marcos Humberto da Silva
Gerente de Obras e Manutenção
Secretaria Municipal da Educação

Alcyon Machado Neto
Engenheiro Civil
Secretaria Municipal da Educação

André Luis da Silva
Subsecretário de Licitações e Contratos
Secretaria Municipal da Educação

Christian Viana Oliveira
Secretário Municipal de Educação